

Cuidado como estratégia de contra-desenvolvimento

Caring as a way of countering development

Renata Albuquerque

Unesp. Tupã, São Paulo (SP), Brasil

GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: Este artigo analisa como práticas de cuidado realizadas por mulheres indígenas do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS), localizado na Amazônia boliviana, se articulam às dinâmicas de desenvolvimento local promovidas pelo Estado Plurinacional da Bolívia. A partir da perspectiva interseccional e das noções de “patriarcado de baixa intensidade” (Segato, 2021) e “contra-desenvolvimento” (Gow, 2008), demonstra-se que o cuidado constitui uma forma de agência das mulheres em contextos “pericapitalistas” (Tsing, 2022), operando enquanto estratégia de negociação com racionalidades extrativistas. Revisando dados etnográficos e documentais coletados entre 2013 e 2016, o estudo evidencia que as mulheres transformam atividades reprodutivas e comunitárias em estratégias políticas e econômicas, reconfigurando os efeitos dos projetos produtivos estatais e de ONGs. O cuidado, nesse contexto, atua como tecnologia social e moral que neutraliza e ressignifica o desenvolvimento, desafiando leituras universalistas sobre gênero e raça. Assim, o trabalho contribui para os debates latino-americanos sobre desenvolvimento, interseccionalidade e sobre as múltiplas formas de produção da vida nas ruínas do capitalismo.

Palavras-chave: Cuidado, contra-desenvolvimento, interseccionalidade, mulheres indígenas, Bolívia.

Abstract: This article analyzes how care practices carried out by Indigenous women in the Isiboro Sécore Indigenous Territory and National Park (TIPNIS), located in the Bolivian Amazon, are articulated with the dynamics of local development promoted by the Plurinational State of Bolivia. From an intersectional perspective and the notions of “low-intensity patriarchy” (Segato, 2021) and “counter-development” (Gow, 2008), it demonstrates that care constitutes a form of women's agency in “pericapitalist” contexts (Tsing, 2022), operating as a negotiation strategy with extractive rationalities. Reviewing ethnographic and documentary data found between 2013 and 2016, the study shows that women transform reproductive and community activities into political and economic strategies, reconfiguring the effects of state and NGO productive projects. Care, in this context, acts as a social and moral technology that neutralizes and resignifies development, challenging universalist readings on gender and race. Thus, this work contributes to Latin American debates on development, intersectionality, and the multiple forms of life production in the ruins of capitalism.

Keywords: Care, counterdevelopment, intersectionality, indigenous women, Bolivia.

1. Introdução

A relação entre povos indígenas e projetos de desenvolvimento é um dos eixos teóricos centrais da literatura sociológica e antropológica latino-americana. As análises observam dimensões muito variadas dessa relação, identificando implicações das e nas instituições, nas relações de parentesco, nos sistemas religiosos, na política e na economia, nas configurações territoriais, na relação com plantas, animais e no próprio pensamento.

Na Bolívia, a promulgação da Constituição de 2009, a fundação do Estado Plurinacional e a decorrente institucionalização de noções como *Madre Tierra* e *Vivir Bien* produziram uma inflexão significativa no campo do desenvolvimento e na sua relação com

populações indígenas, tensionando paradigmas universalistas que aglutinam elaborações sobre futuro, bem-estar e felicidade nesse campo.

Ao longo dos últimos anos me dediquei a pesquisas que demonstram a complexidade desses processos, desviando de explicações que reduzem a relação entre desenvolvimento e povos indígenas ao binômio dominação-resistência (Albuquerque, 2019; 2021). Analisando os discursos e posicionamentos políticos de lideranças indígenas do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuré (TIPNIS) a respeito de um polêmico projeto viário, reconheci que a resistência ao projeto não poderia ser caracterizada enquanto resistência ao desenvolvimentismo, mas enquanto uma estratégia de posicionamento daqueles atores no próprio campo do desenvolvimentos.

É nesse cenário que se insere o presente artigo, agora integrando a perspectiva interseccional à análise. O objetivo deste trabalho é analisar como práticas cotidianas de cuidado realizadas por mulheres indígenas do TIPNIS se articulam às dinâmicas de desenvolvimento local promovidas pelo Estado Plurinacional da Bolívia. Mais especificamente, busca-se compreender de que maneira essas práticas, frequentemente classificadas como reprodutivas ou domésticas, operam como formas de agência em contextos atravessados por políticas públicas, projetos produtivos e intervenções de organizações não governamentais.

Mobilizando a referida perspectiva, o artigo utiliza duas categorias analíticas que estruturam seu referencial teórico. A primeira é a noção de “patriarcado de baixa intensidade” (Segato, 2021), que permite compreender as relações de gênero em contextos indígenas para além de modelos universalizantes baseados na oposição entre dominação e subordinação. Tal abordagem é fundamental para evitar a transposição automática de categorias analíticas construídas a partir de experiências não indígenas, sobretudo aquelas derivadas de contextos urbanos e europeus. De forma complementar, o artigo mobiliza a noção de “contra-desenvolvimento” (Gow, 2008), para interpretar as formas pelas quais sujeitos indígenas não apenas resistem, mas intervêm ativamente no campo do desenvolvimento, reconfigurando seus sentidos e seus efeitos.

Essa articulação teórica permite situar o cuidado como uma dimensão central das estratégias de incidência indígena em contextos “pericapitalistas” (Tsing, 2022), isto é, espaços nos quais a expansão do capitalismo não elimina outras formas de organização da vida, mas passa a coexistir com elas de maneira contingente e instável. Nesses contextos, práticas cotidianas podem adquirir relevância política ao mediar relações entre diferentes

temporalidades, racionalidades e, como sugere Gow (2008) entre diferentes “imaginações morais”. Assim, ao invés de compreender o cuidado como uma esfera separada da economia ou da política, este trabalho o toma como uma tecnologia social e moral que organiza a reprodução da vida e, simultaneamente, intervém em processos mais amplos de transformação social, econômica e política.

Do ponto de vista empírico, o artigo revisita dados etnográficos e documentais coletados entre 2013 e 2016, durante meu mestrado (Moraes, 2014) e doutorado (Albuquerque, 2019), articulando-os a um novo enquadramento analítico desenvolvido durante o estágio pós-doutoral (Albuquerque, 2026). O material analisado inclui registros de observação participante, entrevistas, participação em eventos comunitários e acompanhamento de projetos produtivos implementados em diferentes comunidades do território. Ao retomar essas experiências de campo, o trabalho busca não apenas descrever práticas sociais, mas reinterpretá-las à luz de um problema teórico específico: o papel do cuidado na configuração das dinâmicas de desenvolvimento em contextos indígenas.

O TIPNIS constitui um espaço particularmente relevante para essa análise. Localizado entre os departamentos de Beni e Cochabamba, na região das “terras baixas” bolivianas, o território abriga comunidades dos povos Yuracaré, Chimán e Mojeño-trinitário, e tem sido historicamente marcado por disputas em torno do uso da terra, da exploração de recursos naturais e da implementação de políticas estatais. Nos últimos anos, tornou-se também um símbolo das tensões entre projetos de desenvolvimento e direitos indígenas, especialmente a partir dos conflitos desencadeados pela proposta de construção de uma estrada que atravessaria o território, conectando os referidos departamentos com a rodovia. Esses conflitos evidenciam não apenas a heterogeneidade das posições indígenas em relação ao desenvolvimento, mas também a complexidade das estratégias mobilizadas por esses sujeitos para negociar sua inserção nesse campo.

Os chamados “projetos produtivos” assumem papel central na organização de tantas estratégias de produção da vida comunitária no TIPNIS. Segundo Gow (2008) e Svampa (2019), “projetos produtivos” constituem dispositivos centrais do desenvolvimento contemporâneo, concebidos como unidades técnicas de fomento econômico e, simultaneamente, como instrumentos de produção de subjetividades. Em contextos indígenas, assumem a forma de programas de capacitação, criação de cooperativas ou introdução de tecnologias “sustentáveis”, e atuam como mediadores entre políticas estatais, mercados e modos locais de vida. É, sobretudo, por meio dos projetos produtivos que as atividades

cotidianas das mulheres e das crianças das comunidades do TIPNIS são enredadas no campo do desenvolvimento, não necessariamente para endossá-lo, e sim para neutralizá-lo, como sugere Gow (2008).

Implementados por diferentes instâncias governamentais e organizações não-governamentais, esses projetos visam promover atividades econômicas como agricultura, pecuária e extrativismo, frequentemente sob a justificativa de fortalecer a autonomia econômica das comunidades. No entanto, ao introduzirem novas formas de organização do trabalho, novas tecnologias e expectativas de produtividade, tais iniciativas também reconfiguram práticas cotidianas e relações sociais. É precisamente nesse ponto que o cuidado emerge como dimensão analítica privilegiada, na medida em que atravessa tanto a vida doméstica quanto a participação em atividades produtivas e comunitárias.

Ao acompanhar a implementação de projetos produtivos foi possível observar como as mulheres indígenas articulam práticas cotidianas de cuidado às suas exigências. Longe de constituírem apenas um suporte invisível às atividades produtivas, essas práticas operam como formas de mediação que podem neutralizar, redirecionar ou ressignificar as lógicas desenvolvimentistas. O cuidado não apenas sustenta a reprodução da vida, mas também intervém na forma como o desenvolvimento se materializa no cotidiano das comunidades.

Ao mobilizar o cuidado como recurso prático e simbólico, as mulheres do TIPNIS produzem estratégias de contra-desenvolvimento que lhes permitem negociar sua posição em um campo de poder desigual. Essas estratégias não se configuram como oposição frontal ao desenvolvimento, mas como formas situadas de atuação que incorporam, transformam e, em certa medida, desestabilizam suas racionalidades. Ao fazê-lo, elas evidenciam que a agência indígena não se limita à resistência ou à adaptação, mas envolve processos criativos de reconfiguração das condições de existência, como a literatura antropológica já tem demonstrado de forma consistente a partir da análise de variados contextos empíricos.

Ao enfatizar a centralidade do cuidado nas dinâmicas analisadas, portanto, este artigo busca contribuir para os debates latino-americanos sobre desenvolvimento, gênero e interseccionalidade, questionando leituras que tendem a universalizar experiências e categorias analíticas marcadas pela masculinidade e pela branquitude.

2. Revisão da Literatura

Os estudos antropológicos sobre o desenvolvimento se consolidaram, a partir da década de 1990, como um campo crítico e interdisciplinar voltado à análise das implicações sociais, políticas e epistemológicas da expansão de modelos ocidentais de organização da vida. Obras como *Development Dictionary* (Sachs, 1992), *Encountering Development* (Escobar, 1995) e *The History of Development* (Rist, [1996] 2014) contribuíram para deslocar o desenvolvimento de uma condição de evidência normativa para objeto de problematização teórica, evidenciando seu caráter histórico, ideológico e profundamente imbricado à expansão do capitalismo global.

Nesse contexto, o desenvolvimento passa a ser compreendido não apenas como um conjunto de políticas ou práticas econômicas, mas como um dispositivo que organiza percepções sobre o mundo social, definindo horizontes de futuro e estabelecendo parâmetros de normalidade. Como sintetiza Rist, trata-se de “um conjunto de práticas, por vezes aparentemente contraditórias, que exigem – para a reprodução da sociedade – a transformação e destruição generalizadas do ambiente natural e das relações sociais.”¹ (Rist, [1996] 2014, p. 13, tradução da autora).

A partir dessa inflexão crítica, ainda na década de 1990 Escobar (1995) propõe a noção de pós-desenvolvimento, que busca superar o desenvolvimento enquanto paradigma, sugerindo a possibilidade de imaginar outros horizontes para a humanidade para além do que é implicado pelo desenvolvimentismo. Tal perspectiva enfatiza a existência de múltiplas formas de produção da vida que não se alinham aos pressupostos do desenvolvimento moderno, especialmente no que diz respeito à centralidade do crescimento econômico e à transformação da natureza em recurso.

De forma complementar, Ribeiro (2008) propõe compreender o desenvolvimento como um campo de poder, isto é, como um espaço relativamente autônomo, estruturado por relações de força e disputas simbólicas, no qual Estados, organizações internacionais, ONGs e populações locais atuam de maneira desigual. Essa abordagem, alinhada à definição de Bourdieu sobre os campos de poder, permite reconhecer que o desenvolvimento não é um bloco homogêneo, de sim um campo atravessado por conflitos, negociações e disputas por hegemonia. Além disso, ao caracterizá-lo também como ideologia e utopia, Ribeiro destaca

¹ No original “a set of practices, sometimes appearing to conflict with one another, which require – for the reproduction of society – the general transformation and destruction of the natural environment and social relations.”

sua capacidade de produzir narrativas sobre o passado e o futuro, orientando expectativas e legitimando intervenções.

Essa concepção é particularmente relevante para a análise de contextos latino-americanos contemporâneos, nos quais processos de reconfiguração estatal têm ampliado a participação de sujeitos historicamente marginalizados no campo do desenvolvimento. Nesses contextos, o desenvolvimento não pode ser compreendido apenas como imposição externa, mas deve ser analisado a partir das formas pelas quais é apropriado, negociado e transformado por diferentes atores sociais.

É nesse quadro analítico que se insere a noção de contra-desenvolvimento, proposta por Gow (2008) em diálogo direto com a obra de Escobar². A noção opera enquanto categoria a respeito da relação entre povos indígenas e o desenvolvimento, e desloca o foco das análises da oposição ao desenvolvimento para as formas de incidência indígena no interior desse campo. Diferentemente da perspectiva do pós-desenvolvimento, que enfatiza a superação do paradigma desenvolvimentista, o contra-desenvolvimento refere-se às estratégias pelas quais sujeitos indígenas se posicionam no campo do desenvolvimento.

Trata-se, portanto, de uma abordagem que reconhece a indigeneidade não como exterior ao desenvolvimento, mas como constitutiva de suas dinâmicas. Contra-desenvolvimento se refere à tomada das estratégias indígenas de posicionamento no campo do desenvolvimento enquanto estratégias de reinterpretação da modernidade, com capacidade de reivindicar projetos criativos e inclusivos de cidadania. Essa definição enfatiza o caráter processual e situado dessas estratégias, que não se configuram como oposição frontal, mas como formas de negociação e de disputa por hegemonia.

A noção de contra-desenvolvimento também se articula à compreensão do desenvolvimento como campo de poder, na medida em que evidencia a existência de múltiplas formas de atuação em seu interior. Nesse sentido, a incidência indígena não deve ser interpretada como subordinação às dinâmicas capitalistas, mas como prática que pode “neutralizar” as racionalidades desenvolvimentistas ao introduzir outras formas de imaginar e organizar a vida nas ruínas que esse sistema produz.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a abordagem de Castro-Gómez (2017), que problematiza a ideia de universalismos ocidentais e enfatiza o caráter relacional e

² A noção de “pós-desenvolvimento” é formulada por Escobar no livro *“Encountering development”* (1995). Em diálogo com esse referencial Gow publica em 2008 seu *“Countering development”*, obra em que a noção de “contra-desenvolvimento” dialoga de forma crítica com o “pós-desenvolvimento”.

historicamente situado das identidades sociais. Para o autor, identidades não constituem arranjos estáveis, mas são continuamente reconfiguradas em contextos de interação e disputa.

Wolf ([1982]2005) antecipava a questão já na década de 1980, quando argumentou que “a expansão capitalista pode ou não tornar inoperantes determinadas culturas” (Wolf, 2005, p. 15), observação fundamental para evitar leituras deterministas a respeito da identidade e dos processos sociais que a envolvem, que pressupõem a homogeneização cultural como resultado inevitável da expansão capitalista. Ao contrário, Wolf evidencia a necessidade de analisar etnograficamente as formas pelas quais diferentes grupos sociais interagem com essas transformações.

A noção de contra-desenvolvimento também é complementada e atualizada pelas análises de Tsing (2022) a respeito da ação econômica nas chamadas “zonas pericapitalistas”. Para a autora, o capitalismo não constitui um sistema totalizante capaz de absorver todas as formas de vida, mas depende, para sua reprodução, de relações, práticas e ecologias que não são produzidas por ele. Para a autora, o capitalismo não opera como um sistema totalizante, mas como um arranjo que depende continuamente de formas de vida que lhe são exteriores. Tsing desloca a análise do capitalismo de uma lógica de dominação homogênea para uma atenção às suas condições de possibilidade, evidenciando que práticas não capitalistas de trabalho são constitutivas do próprio funcionamento do sistema. São essas práticas que se desenvolvem nas “zonas pericapitalistas”, marcadas fricção entre diferentes regimes de valor.

A autora propõe uma distinção analítica entre três níveis de relações que podem ser observadas no ambiente: as relações de primeira natureza (relações ecológicas multiespécies), as de segunda natureza (transformações capitalistas do ambiente) e as de terceira natureza (formas de vida que persistem apesar do capitalismo). Longe de sugerir esferas isoladas, essa tipologia evidencia diferentes modos de engajamento de humanos e não-humanos com o mundo. A noção de “terceira natureza”, em particular, é central, pois aponta para a capacidade de certos arranjos ecológicos e sociais de persistir, recompor-se e produzir vida em contextos marcados pela expansão capitalista, sem que isso implique exterioridade ou pureza. Tsing propõe a atenção às “assembleias polifônicas” que compõem a vida, nas quais múltiplas formas de existência coexistem sem se reduzirem a uma lógica única. Trata-se, portanto, de uma ontologia do heterogêneo, que recusa a ideia de um futuro único e universal.

Essa perspectiva é aprofundada por meio da noção de “diversidade contaminada”, que enfatiza o caráter relacional das formas de vida. A diversidade, para a autora, não é composta por unidades autônomas, e emerge de colaborações situadas que se “contaminam”

mutuamente. A “contaminação”, nesse sentido, não indica degradação, mas condição de possibilidade da própria vida social, marcada por interdependências e transformações contínuas. Essa ideia, vale observar, dialoga diretamente com uma elaboração central da sociologia boliviana: o *abigarramiento*.

Abigarrado pode ser traduzido como algo variado, fragmentado, desordenado e mesmo como heterogêneo. Enquanto conceito, foi forjado por René Zavaleta Mercado, sociólogo boliviano que na década de 1980 propõe que a sociedade boliviana é caracterizada por uma sobreposição de formas sociais, econômicas e culturais heterogêneas, resultantes de diferentes modos de produção e relações sociais que coexistem de maneira desigual e conflitiva. De acordo com Augsburg (2021), quem dialoga diretamente com a obra de Zavaleta, a formação *abigarrada* da sociedade boliviana “ressalta a coexistência de múltiplos modos de produção e temporalidades históricas no mesmo espaço geográfico” (tradução minha). Podemos dizer que ela ressalta a coexistência de múltiplos entendimentos do que é política e do que é político em nossas vidas e, no que diz respeito ao que está em análise neste artigo, múltiplos entendimentos sobre o que é desenvolvimento. O conceito sinaliza não apenas a ideia de pluralidade e diversidade como dimensões características da sociedade boliviana, mas também a ideia de desarticulação ou desconexão entre fenômenos políticos ou econômicos que convivem.

Importantes cientistas sociais bolivianos como Luis Tapia, Alvaro Garcia Linera e Silvia Rivera Cusicanqui têm trabalhado em torno da ideia de *abigarramiento* há vários anos, confirmando sua capacidade de explicar a formação social da Bolívia também no século XXI. Os usos do conceito são bem diferentes entre esses autores, já que eles têm diferentes perspectivas e agendas quando se trata de enfrentar a diversidade. Tapia reelabora o *abigarramiento* como condição multisocietal; García Linera o mobiliza para pensar o Estado plurinacional; e Rivera Cusicanqui o revisita criticamente ao propor a noção de *lo ch'ixi*. Todos, entretanto, convergem na constatação de que a coexistência de formações heterogêneas é decisiva para qualquer análise situada no contexto boliviano. Dessa forma, e dirigindo a atenção ao campo do desenvolvimento no Estado Plurinacional, podemos considerar que a heterogeneidade de formulações sobre o futuro de um território indígena, por exemplo, pode ser compreendida à luz da disjunção histórica da sociedade boliviana e não como mera incompletude ou falseamento do projeto Plurinacional, como cheguei a afirmar em trabalhos iniciais publicados sobre o assunto (Moraes, 2014).

No interior desse debate mais amplo sobre desenvolvimento e capitalismo, a análise das relações de gênero em contextos indígenas exige atenção a especificidades frequentemente negligenciadas por abordagens universalizantes. A noção de “patriarcado de baixa intensidade”, proposta por Segato (2021), constitui uma contribuição central nesse sentido, ao problematizar a aplicação automática de categorias analíticas derivadas de contextos ocidentais.

De acordo com a autora, sociedades indígenas latino-americanas apresentavam formas próprias de organização das relações de gênero antes da intrusão colonial, caracterizadas por diferenciações entre os sexos que não implicavam necessariamente hierarquias. Nessas configurações, as relações de gênero eram estruturadas em termos de complementaridade, e não de subordinação. É a partir da colonização que se observa a intensificação de estruturas patriarcais hierárquicas, configurando o que a autora denomina “patriarcado de alta intensidade”.

Essa distinção é fundamental para a análise da divisão sexual do trabalho em contextos indígenas, pois permite evitar interpretações que associam automaticamente a feminilização do cuidado à marginalização das mulheres. No caso etnográfico em análise, como veremos, a responsabilidade das mulheres com a alimentação do grupo tem nuances específicas e não parece deslocá-las para fora da vida pública, como acontece em outros casos de associação entre as mulheres e o trabalho doméstico. Nesse sentido, o cuidado e outras atividades relativas ao trabalho reprodutivo não devem ser compreendidas apenas como atividades domésticas, mas como organizadores da vida social e política.

A articulação entre cuidado e agência das mulheres torna-se particularmente evidente quando essas práticas se conectam a projetos de desenvolvimento. A partir da articulação entre os referenciais apresentados, torna-se possível compreender o cuidado como dimensão central das estratégias de contra-desenvolvimento em contextos pericapitalistas. Ao mobilizar práticas cotidianas como recursos de intervenção no campo do desenvolvimento, mulheres indígenas atuam em espaços nos quais diferentes racionalidades coexistem.

O cuidado, portanto, opera simultaneamente em múltiplos níveis: como prática de reprodução da vida, como forma de organização social e como estratégia política de disputa por hegemonia. Ao integrar atividades produtivas e reprodutivas, essas práticas desafiam separações analíticas entre economia e domesticidade, evidenciando a necessidade de abordagens que reconheçam a complexidade das dinâmicas sociais em contextos indígenas.

3. Metodologia

A partir do estabelecimento de um objetivo de caráter explicativo, a pesquisa que fundamenta este artigo foi realizada com abordagem qualitativa e a partir do método etnográfico. Os dados foram coletados em pesquisa de campo realizada entre 2013 e 2016, no Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS), localizado na Amazônia boliviana. Os procedimentos de coleta de dados foram aprovados nas bancas de qualificação de mestrado e doutorado da autora, e posteriormente endossados quando da apresentação dos dados nas bancas de defesa daquelas pesquisas. A análise dos materiais coletados naquele momento foi realizada a partir de uma perspectiva interseccional e interpretativa, articulando a abordagem etnográfica às estratégias analíticas dos estudos feministas negros.

O recorte etnográfico da pesquisa se justifica pela centralidade do TIPNIS nas disputas em torno do desenvolvimento, especialmente em um contexto marcado por controvérsias sobre seus significados, que foram intensificadas diante do processo de reconfiguração estatal que acompanhou a fundação do Estado Plurinacional da Bolívia.

A estratégia metodológica adotada articulou diferentes técnicas de produção de dados, com ênfase na observação participante, na realização de entrevistas semiestruturadas e na análise de documentos institucionais. A observação participante foi conduzida por meio da inserção prolongada em comunidades do TIPNIS, permitindo o acompanhamento de atividades cotidianas relacionadas ao cuidado, bem como sua conexão com iniciativas produtivas e projetos de desenvolvimento implementados por agentes estatais e organizações não governamentais.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com mulheres indígenas de diferentes faixas etárias, posições familiares e níveis de inserção em projetos comunitários, buscando captar suas interpretações sobre o cuidado, o trabalho, o território e o desenvolvimento. Também foram ouvidas lideranças comunitárias e agentes envolvidos na implementação de políticas públicas e projetos de ONGs, de modo a compreender as múltiplas racionalidades em disputa. As entrevistas foram registradas, transcritas e analisadas com atenção às categorias nativas, às formas de enunciação e às ambiguidades presentes nos relatos.

Complementarmente, procedeu-se à análise de documentos institucionais, incluindo relatórios de projetos, materiais de divulgação de políticas públicas, documentos produzidos por organizações indígenas e registros de agências multilaterais atuantes na região. Essa

análise permitiu situar as práticas observadas no campo em um quadro mais amplo de políticas de desenvolvimento, identificando os discursos, objetivos e instrumentos mobilizados por diferentes atores.

A análise dos dados foi orientada por um diálogo contínuo entre dados etnográficos e referencial teórico, em uma perspectiva interpretativa e interseccional desenvolvida durante o estágio pós-doutoral realizado no Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). Nesse sentido, as práticas de cuidado foram analisadas não apenas como atividades reprodutivas, mas como formas de agência situadas, que articulam dimensões morais, econômicas e políticas. Buscou-se, assim, evidenciar como tais práticas operam na interface entre diferentes regimes de valor e racionalidades, especialmente em contextos marcados pela presença simultânea de lógicas capitalistas e não capitalistas.

Por fim, cabe registrar que ferramentas de Inteligência Artificial foram utilizadas como apoio na organização da revisão bibliográfica, no apoio à tradução de trechos específicos da literatura consultada, na produção do resumo e *abstract*, na identificação de palavras-chave, na construção de paráfrases e na revisão textual do artigo. O uso da versão gratuita do ChatGPT, ferramenta de apoio selecionada, se deu de forma complementar ao trabalho analítico da autora, contribuindo para a sistematização de conteúdos e sem substituir a interpretação teórica e a responsabilidade intelectual pela elaboração do texto.

4. Discussão dos Resultados

O Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS), localizado entre os departamentos de Beni e Cochabamba, constitui um espaço historicamente marcado por disputas políticas, mobilizações sociais e intensas transformações territoriais vinculadas a projetos de desenvolvimento. Composto por 64 comunidades de povos Yuracaré, Chimán e Mojeño-trinitário, o território ganhou centralidade no debate nacional e internacional a partir de 2011, em função dos conflitos relacionados à proposta de construção da estrada Villa Tunari–San Ignacio de Moxos. No entanto, como já demonstrado em outros trabalhos (Albuquerque, 2019; 2021; 2023), trata-se de uma região cuja relevância política remonta ao período colonial, sendo um espaço fundamental para a compreensão da formação e das dinâmicas contemporâneas do movimento indígena boliviano.

A controvérsia em torno da estrada evidenciou não apenas um conflito entre Estado e povos indígenas, mas sobretudo um conflito interno ao próprio campo indígena, que caracterizei como um “drama desenvolvimentista indígena” (Moraes, 2014). Esse drama expressa as tensões e contradições inerentes à incorporação do desenvolvimento como horizonte político, revelando a coexistência de diferentes concepções sobre progresso, território e bem viver. Longe de constituírem um bloco homogêneo, os povos indígenas do TIPNIS mobilizam estratégias diversas de inserção e resistência no campo do desenvolvimento, o que pode ser compreendido a partir da noção de *abigarramiento*, isto é, a sobreposição de racionalidades, temporalidades e formas de vida que não se deixam reduzir a uma lógica única.

É nesse cenário de disjunção que o *Plan Nacional de Desarrollo “Bolivia digna, soberana, productiva y democrática para Vivir Bien”*, lançado em 2006, se apresenta como um marco programático do Estado Plurinacional. Embora o *Vivir Bien* tenha sido amplamente difundido como uma alternativa ao desenvolvimentismo clássico, sua operacionalização revela tensões significativas. Por um lado, observa-se a continuidade na Bolívia de grandes projetos de desenvolvimento de infraestrutura, como a própria estrada, alinhados a agendas desenvolvimentistas vigorosas animadas por setores progressistas da América Latina ao final do século XX e financiadas, por exemplo, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento do Brasil (BNDES). Por outro, a difusão continuada de iniciativas locais, frequentemente denominadas “projetos produtivos”, que buscam promover o desenvolvimento econômico em comunidades indígenas por meio da introdução de atividades agropecuárias e extrativistas.

Tudo isso se realiza em nome do *Vivir Bien*, que apesar de sua vocação disruptiva, acabou operando enquanto noção alinhada à de desenvolvimento. Chama a atenção, por exemplo, que durante o trabalho de campo, em diferentes departamentos da Bolívia, o governo do Estado Plurinacional dispunha de gigantescos *outdoors* em que o então presidente Evo Morales figurava com capacete de proteção típicos da construção civil enquanto também utilizava ornamentos indígenas andinos. O letreiro “*carreteras para Vivir Bien*” acompanhava a imagem e ilustra sobremaneira o caráter *abigarrado* do processo plurinacional.

Os projetos produtivos implementados nas comunidades do TIPNIS são dispositivos centrais de mediação entre políticas públicas plurinacionais, mercados regionais e modos de vida locais. Ao mesmo tempo em que são apresentados como oportunidades de geração de renda e fortalecimento comunitário, também funcionam como mecanismos de reorganização das práticas cotidianas, incidindo sobre formas de trabalho, ocupação territorial, divisão de tarefas e regimes de valor. No contexto do TIPNIS, tais projetos assumem um papel particularmente relevante na medida em que se tornam um dos principais canais de inserção das populações indígenas no campo do desenvolvimento.

A análise etnográfica realizada permitiu observar, entretanto, que essa inserção não se dá de maneira passiva. Ao contrário, as mulheres indígenas desempenham um papel central na reconfiguração desses projetos, mobilizando práticas de cuidado como forma de agência situada. O cuidado, nesse contexto, não se limita à esfera doméstica, mas atravessa e reorganiza as atividades produtivas, articulando dimensões econômicas, sociais e morais. É precisamente nessa articulação que se torna possível compreender o cuidado como estratégia de contra-desenvolvimento, na medida em que ele opera na neutralização parcial das lógicas produtivistas e normativas associadas ao desenvolvimento.

O caso da produção de *chocolates* na comunidade de San Vicente é particularmente elucidativo nesse sentido. Acompanhando o cotidiano de *doña* Mireia e sua família, entre 2013 e 2014, foi possível observar como a produção de cacau e sua transformação em chocolate se entrelaçam com práticas de cuidado, sociabilidade e transmissão de saberes. As atividades relacionadas ao cultivo e ao processamento do cacau não se organizam segundo uma lógica estritamente produtiva, orientada por metas de eficiência ou maximização de lucros. Ao contrário, estão profundamente imbricadas nas dinâmicas familiares e comunitárias, sendo realizadas simultaneamente a outras atividades, como o cuidado com as crianças, a preparação de alimentos e a manutenção da casa.

A participação das mulheres e das crianças no processo produtivo revela dimensões que escapam às concepções convencionais de trabalho. A prática de “chupar” as sementes de cacau, por exemplo, envolve não apenas uma técnica de processamento, mas também um conjunto de saberes corporais e simbólicos relacionados à percepção da doçura da saliva feminina. Esse mesmo princípio está presente na produção de outros alimentos, como a *chicha*, bebida fermentada de mandioca, batata doce ou banana, evidenciando a centralidade do corpo feminino e das práticas de cuidado na produção de valor. Nesse sentido, o que está em jogo não é apenas a produção de um bem destinado ao mercado, mas a reprodução de relações sociais e de formas de vida que conferem sentido à atividade.

Ao incorporar o cultivo do cacau como parte de seu cotidiano, as mulheres não se submetem integralmente às exigências do projeto produtivo. Em vez disso, reorganizam o projeto a partir de suas próprias lógicas, integrando-o às rotinas de cuidado e às formas de sociabilidade existentes. Esse processo pode ser entendido como uma forma de neutralização da “imaginação moral” do desenvolvimento, na medida em que desestabiliza suas premissas fundamentais, como a separação entre produção e reprodução, trabalho e vida, economia e moralidade.

Situação análoga pode ser observada na comunidade de Carmen de Coquinal, também localizada às margens do rio Sécure, mas agora no contexto da implementação de um módulo pecuário para criação de gado. Diferentemente de San Vicente, onde as atividades produtivas se articulam mais diretamente ao âmbito familiar, em Coquinal o projeto assume uma dimensão comunitária mais ampla, envolvendo a participação coordenada de todas as famílias da aldeia. Ainda assim, as práticas de cuidado generificadas desempenham um papel central na organização do trabalho.

Durante o período de implementação do módulo, as mulheres se responsabilizavam pela preparação de comida e de *chicha*, atividades que começavam nas primeiras horas da manhã e se estendiam ao longo do dia. Essas tarefas, longe de serem percebidas pelo grupo como secundárias para a viabilização da construção do módulo, eram reconhecidas como fundamentais para a sustentação do trabalho coletivo, cenário que se diferencia da forma como o trabalho do cuidado é localizado em contextos capitalistas. A vistosa procissão de mulheres, crianças e panelas pela floresta, saindo da comunidade até o local do módulo, evidencia a continuidade entre espaços domésticos e produtivos, bem como a centralidade do cuidado na viabilização do projeto.

Ao mesmo tempo, a participação das mulheres no manejo dos animais e na manutenção das áreas de pastagem indica uma ampliação de suas atribuições no âmbito produtivo. No entanto, essa ampliação não implica uma simples incorporação à lógica produtivista, mas sim uma reconfiguração das atividades a partir de princípios relacionados ao cuidado, à cooperação e à reciprocidade. O projeto pecuário, embora orientado por objetivos de geração de renda e segurança alimentar, é apropriado pela comunidade de maneira a reforçar vínculos sociais e formas coletivas de organização.

Esses casos permitem evidenciar que os projetos produtivos, longe de operarem como instrumentos unilaterais de transformação social, constituem espaços de negociação e reconfiguração. As mulheres indígenas, ao se engajarem nesses projetos, não apenas respondem a demandas externas, mas também produzem deslocamentos significativos nas formas de implementação e nos efeitos do desenvolvimento. O cuidado, nesse sentido, emerge como uma tecnologia social e moral que permite às mulheres mediar entre diferentes regimes de valor, articulando práticas locais a dispositivos globais.

A análise dos dados etnográficos sugere, portanto, que o cuidado opera como uma forma de agência situada em contextos marcados pela coexistência de lógicas capitalistas e não capitalistas. Em vez de uma oposição frontal ao desenvolvimento, observa-se a produção de estratégias que atuam no interior de seus dispositivos, reorientando suas dinâmicas e produzindo efeitos inesperados. Essa forma de agência, que pode ser compreendida como contra-desenvolvimento, não se manifesta necessariamente como resistência explícita, mas como uma espécie de fricção. As práticas de cuidado realizadas pelas mulheres do TIPNIS não se situam fora do capitalismo nem são plenamente subsumidas por ele. Ao contrário, constituem formas de vida que persistem e se transformam nas margens e interstícios do sistema, produzindo alternativas que desafiam leituras lineares e universalistas sobre o desenvolvimento.

Por fim, ao evidenciar o papel central das mulheres e das práticas de cuidado na reconfiguração dos projetos produtivos, esta análise contribui para uma compreensão mais complexa das dinâmicas de desenvolvimento em contextos indígenas. Longe de serem meras beneficiárias ou vítimas de políticas públicas, as mulheres do TIPNIS emergem como agentes fundamentais na produção de alternativas, mobilizando saberes, relações e práticas que desafiam as categorias convencionais de análise e apontam para outras formas de produção da vida.

5. Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu evidenciar a centralidade das práticas de cuidado realizadas por mulheres indígenas do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS) nas dinâmicas contemporâneas de desenvolvimento. Longe de constituírem um domínio invisível ou restrito à esfera doméstica, tais práticas emergem como eixo articulador de formas de agência que operam no interior dos dispositivos desenvolvimentistas, e não fora deles. A principal contribuição do trabalho reside, assim, no diagnóstico da relevância social, política e econômica do cuidado enquanto estratégia de contra-desenvolvimento, capaz de reconfigurar, ainda que parcialmente, os efeitos normativos, produtivistas e disciplinadores dos “projetos produtivos”.

A articulação entre a noção de “patriarcado de baixa intensidade” e o conceito de “contra-desenvolvimento” permitiu restituir analiticamente a agência das mulheres do Sécure, frequentemente obscurecida por interpretações que as posicionam como passivas diante das forças combinadas do patriarcado e do capitalismo. Ao contrário dessas leituras, os casos etnográficos analisados demonstram que é precisamente por meio do cuidado que as mulheres se inserem no campo do desenvolvimento, não como beneficiárias ou executoras de políticas, mas como agentes que mobilizam saberes, práticas e relações para negociar, deslocar e neutralizar a racionalidade capitalista.

Nesse processo, a noção de indigeneidade demonstra sua relevância enquanto categoria de análise. Ao observar a indigeneidade das práticas de cuidado, evita-se sua interpretação como obstáculo à participação das mulheres na vida pública, deslocando o foco analítico para as formas pelas quais essas práticas constituem modos específicos de ação política e econômica. Nos casos discutidos, o cuidado aparece como meio através do qual as mulheres deslocam sua “imaginação moral” para o campo do desenvolvimento, atuando em espaços pericapitalistas que não apenas habitam, mas ajudam ativamente a produzir. Trata-se, portanto, de reconhecer que a indigeneidade não é um atributo fixo, nem um resquício de um passado tradicional, mas uma dimensão relacional, instável e continuamente atualizada nas interações com diferentes regimes de poder, tal qual o campo desenvolvimentista.

Essa abordagem permite tensionar certas universalizações presentes no pensamento feminista hegemônico, especialmente aquelas que tomam a feminilização do cuidado como um fenômeno homogêneo e necessariamente subordinante. Ao situar o cuidado em contextos indígenas latino-americanos, a análise interseccional revela que tais práticas podem assumir

significados e funções distintas, inclusive como recursos de agência, negociação e reorganização social. O artigo, assim, contribui para os debates sobre mulheres indígenas ao evidenciar a necessidade de abordagens situadas, capazes de captar a complexidade das articulações entre gênero, raça, território e desenvolvimento, evitando tanto a romantização quanto a redução dessas experiências a categorias analíticas externas.

De forma mais ampla, o trabalho reforça a compreensão da identidade como componente constitutivo das relações de poder, destacando a indigeneidade como dimensão analítica fundamental para a compreensão do capitalismo contemporâneo. Ao mesmo tempo, evita-se uma abordagem essencializante, reconhecendo que a identidade indígena se constrói na relação com a alteridade e se transforma nos contextos de expansão capitalista. A presença indígena no campo do desenvolvimento não deve, portanto, ser interpretada como exterioridade ou resistência marginal, mas como elemento constitutivo dos próprios processos de implementação de políticas e projetos.

Nesse sentido, estudos etnográficos sobre indigeneidade em contextos de expansão do capitalismo possuem um duplo potencial analítico: por um lado, permitem organizar informações atualizadas sobre a questão indígena, afastando-a de leituras centradas na tradição ou na ideia de atraso; por outro, possibilitam analisar as relações de poder no capitalismo a partir de suas interfaces concretas com povos indígenas, reconhecendo que tais relações são produzidas também nessas interações, e não apesar delas. O caso do TIPNIS evidencia que o desenvolvimento não se impõe como um processo linear e homogêneo, mas como um campo de disputas, negociações e reconfigurações, no qual diferentes racionalidades coexistem e se tensionam.

É nesse ponto que a contribuição deste trabalho se articula de forma mais direta com a proposta de Tsing (2022) de etnografar a produção de vida “nas ruínas do capitalismo”. Ao acompanhar as práticas cotidianas das mulheres do Sécure, o que se evidencia não é a simples reprodução de formas de vida “tradicionais”, tampouco a sua completa subsunção às lógicas capitalistas. O que se observa, antes, são formas de vida que persistem, se transformam e se recombinaem em contextos marcados pela expansão desigual e incompleta do capitalismo.

Etnografar essas práticas implica deslocar o olhar analítico para aquilo que, muitas vezes, permanece à margem das grandes narrativas sobre desenvolvimento: os gestos cotidianos, as relações de cuidado, as formas de cooperação e os saberes incorporados que sustentam a vida. Nesse sentido, a noção de “ruínas do capitalismo” não deve ser entendida como um cenário de colapso total, mas como um campo de possibilidades no qual diferentes

formas de existência continuam a emergir, coexistir e se articular. As ruínas, aqui, são também espaços de criação, onde o que não foi totalmente capturado pelo capital pode ser mobilizado para produzir outros modos de vida.

As mulheres do Sécure produzem exatamente esse tipo de deslocamento. Elas não rejeitam necessariamente os projetos produtivos, mas os reconfiguram a partir de suas próprias lógicas, integrando-os às dinâmicas de reprodução social e às formas locais de organização da vida. Ao fazê-lo, transformam dispositivos de desenvolvimento em espaços de negociação, nos quais é possível neutralizar, redirecionar ou ressignificar seus efeitos. Trata-se, portanto, de uma forma de agência que não se manifesta apenas na resistência explícita, mas na capacidade de habitar e transformar os próprios instrumentos do desenvolvimento.

Ao tornar visível a centralidade do cuidado nesses processos, este artigo contribui para ampliar o escopo analítico dos estudos sobre desenvolvimento, incorporando dimensões frequentemente negligenciadas pelas abordagens macroestruturais. Mais do que isso, evidencia que práticas cotidianas possuem impactos políticos, simbólicos e econômicos que transcendem o local, desafiando a linearidade dos projetos estatais e afirmando a importância de perspectivas situadas na análise da contemporaneidade.

Por fim, ao enfatizar a indigeneidade como dimensão constitutiva dessas dinâmicas, o trabalho reafirma a necessidade de compreender o capitalismo não apenas como um sistema econômico, mas como um campo de relações atravessado por diferenças, conflitos e articulações. Nesse campo, povos indígenas não ocupam uma posição periférica ou residual, mas participam ativamente da produção de seus contornos e limites. Assim, ao evidenciar o cuidado como estratégia de contra-desenvolvimento e a indigeneidade como chave analítica para compreender essas práticas, este artigo aponta para a necessidade de repensar tanto as categorias do desenvolvimento quanto as formas de produzir conhecimento sobre ele. Trata-se de um convite a levar a sério as práticas que sustentam a vida: não como resíduos de um passado a ser superado, mas como fundamentos de outros mundos possíveis.

Referências

Albuquerque, Renata. **Políticas Indígenas**: análise a partir do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS). Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia/UnB, 2019.

_____. “Permitidos em Washington D.C.”. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 20, p. 22-48, 2021.

_____. “Movimentos indígenas na Amazônia boliviana: a busca pela Loma Santa, as organizações indígenas e a primeira marcha pelo território e dignidade”. **Amazônica: Revista de Antropologia**, v. 15, p. 146-171, 2023.

Castro-Gómez, Santiago. “¿Qué hacer con los universalismos occidentales?”. **Revista Ideação**, n. 35, p. 39-76, 2017.

Escobarr, Arturo. **Encountering development**: the making and unmaking of the third world. Princeton: Princeton University Press, 1995.

Gow, David. **Countering Development**: Indigenous modernity and the moral imagination. Durham and London: Duke University Press, 2008.

Moraes, Renata Albuquerque de. **Desenvolvimento e Vivir Bien**: o caso do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (Bolívia). Dissertação de Mestrado. CEPPAC/UnB, 2014.

Rist, Gilbert. **The History of Development**. From western origins to global faith. London and New York: Zed Books, 2014.

Ribeiro, Gustavo Lins. “Poder, Redes e Ideologia no campo do desenvolvimento”, **Novos Estudos**, CEBRAP, 80, p. 109-125, 2008.

_____. “Críticando a decolonialidade e sua crítica”. **Encartes**, vol 6, n. 12, 2023, p. 35-48. <https://doi.org/10.29340/en.v6n12.336>.

Sachs, Wolfgang. “Ciência”; “Desenvolvimento”; “Progresso”; “Tecnologia”. **Dicionário do desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1992.

Svampa, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências, São Paulo: Elefante, 2019.

Tsing, Anna. **Friction**. An Ethnography of Global Connection, Princeton: Princeton University Press, 2005.

_____. **O Cogumelo no fim do mundo**. Sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo, n-1 edições, 2022.

Wolf, Eric. **A Europa e os Povos sem História**. São Paulo: EDUSP, [1982] 2005.